

# Sarney quer conciliação do País

DA AGÊNCIA ESTADO

“Mais do que nunca, o País precisa de conciliação”, disse ontem, em Brasília, o ex-presidente do PDS, senador José Sarney, que, como outros pedessistas, lamentou a retirada do Congresso da emenda constitucional do presidente Figueiredo. Outro ex-presidente do PDS, o senador Jorge Bornhausen, comentou que “o PDS está dividido basicamente pela radicalização em torno da sucessão e não tem qualquer tipo de solução a vista sem a renúncia de todos os candidatos”.

O senador Bornhausen adiantou também que, na próxima semana, o vice-presidente Aureliano Chaves e o senador Marco Maciel deverão dirigir um manifesto à Nação colocando seus pontos de vista e daqueles que seguem as suas candidaturas sobre o momento político atual e, especialmente, sobre a situação do PDS. “Esta posição — explicou Jorge Bornhausen — caracterizará o lançamento de uma frente que deseja a união e a conciliação nacionais e que terá passos independentes, sempre tendo em vista, o interesse maior do País”.

Ao lamentar a retirada da proposta do governo, Sarney disse que do episódio fica a lição: a necessida-

de de entendimento. Segundo ele, “nenhuma matéria será aprovada no Congresso sem acordo”. Em conversa informal com outros senadores, Sarney reconheceu que “a oposição não podia votar a emenda tal qual ela veio porque extinguiu e recriava o colégio eleitoral”, ressaltando porém que não entendia “tanta burrice a serviço de tão boa causa”. Já o senador Guilherme Palmeira (PDS-AL) disse que a intenção do presidente Figueiredo, ao enviar a matéria ao Congresso, era a melhor possível mas comentou que havia grupos do PDS “trabalhando subterraneamente contra a aprovação da emenda”. Para ele, “deixou-se de dar um passo importante para a institucionalização do regime democrático”.

Em Porto Alegre, o senador Carlos Alberto Chiarelli (PDS-RS) disse que tem a solução para a crise política criada a partir da retirada da emenda oficial. Para ele, “as lideranças parlamentares, unidas pelo consenso, devem reapresentar a emenda constitucional do governo no Congresso Nacional logo após o recesso, no começo de agosto”. Para isso, ele propõe uma alteração técnica na matéria: a incorporação do artigo 183 ao 74. Dessa forma, num único artigo, o presidente restabeleceria eleições diretas com exceção da que escolherá o seu sucessor. “Assim — acredita o

senador — o artigo 74 fica completo e não permite o destaque exigido pelas oposições. Evitará que as diretas já possam ser aprovadas.”

Chiarelli disse estar insatisfeito com as razões apresentadas pelo governo para a retirada da emenda e considera que isso foi feito por desinformação. Em sua opinião, o Executivo também foi “pressionado por alas menos liberalizantes do governo”, que não chegou a especificar quais seriam. Além disso, conforme o parlamentar, os setores da área econômica também não desejavam a aprovação da emenda “porque diminuiria em Cr\$ 1,5 trilhão a arrecadação do governo federal em favor dos Estados”.

Segundo Chiarelli, o PDS está dividido — assim como o PMDB — e acredita que somente a realização das prévias para a escolha do candidato à sucessão de Figueiredo será capaz de unir o partido.

## “SOLUÇÃO É INDIRETA”

Ao desembarcar ontem em Manaus, onde se encontra para manter contatos políticos em favor da candidatura Mário Andreazza, o ministro das Minas e Energia, César Cals, disse que a retirada da emenda pelo presidente Figueiredo retardará a evolução do sistema democrático. Em Boa Vista, onde esteve antes, para

assinar junto com o governador de Roraima, Ary Martins de Magalhães, a autorização para os estudos de viabilidade de construção da hidrelétrica de Paredão, Cals disse que “a oposição não entendeu o alcance da emenda Figueiredo e as dificuldades, lamentavelmente, criadas com a ajuda de setores dissidentes do PDS, impediram que o presidente Figueiredo pudesse concluir, pelo menos por enquanto, o seu projeto democrático”.

Para ele, só resta como solução para o impasse a eleição indireta para presidente e garantiu que o ministro do Interior, Mário Andreazza, só terá um adversário na convenção: o deputado Paulo Maluf, a quem, segundo o ministro, Andreazza “derrotará sem sombra de dúvidas”.

Para o líder do governo, Nélson Marchezan, não houve empenho nem do PDS nem do PMDB para a aprovação da emenda Figueiredo. Segundo Marchezan, porém, “o mais grave e o mais sério foi a oportunidade que se perdeu, através da emenda Figueiredo, de fazer realmente as eleições diretas a partir de 1988 e as eleições nas capitais logo e todo aquele elenco de benefícios e vantagens que vão desde a ampliação dos direitos da pessoa humana até o aumento das prerrogativas do Congresso”.



Arquivo

Sarney: nenhuma matéria será aprovada sem acordo